

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Sul 116 Participações S.A. ("Companhia") tem por objeto social: financiar novos projetos mediante a participação no capital acionário das seguintes sociedades: (i) InvitelLegacy S.A. ("InvitelLegacy"); (ii) Futuretel S.A. ("Futuretel"); e (iii) Zain Participações S.A. ("Zain").

Até janeiro de 2013, a Companhia, nos termos do contrato de compra e venda de ações de emissão de Argolis Holdings S.A. ("Argolis") celebrado com a Telemar Participações S.A. ("Telemar") em 25 de abril de 2008, era garantidora das obrigações assumidas por seu acionista Investidores Institucionais Fundo de Investimento em Participações ("IIFIP"), tendo firmado na mesma data um Contrato de Prestação de Fiança com o Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA") no valor de R\$755, referente a um processo administrativo em que era parte Lexpart Participações S.A., uma das controladas de Argolis em 25 de abril de 2008. Em 24 de janeiro de 2012 a Câmara Superior de Recursos Fiscais, última instância administrativa competente para o exame do Processo, proferiu decisão que rejeita o recurso especial interposto pela Procuradoria da Fazenda Nacional e reconhece não haver qualquer valor a ser pago pela Telemar no âmbito do Processo. Dessa forma, em 9 de janeiro de 2013, a carta de fiança foi devolvida ao Itaú BBA e seu cancelamento efetivado.

Durante o período de vigência da fiança, não surgiram eventos que tenham gerado desembolsos por parte da Companhia no âmbito do referido contrato de compra e venda de ações.

A Companhia integra os blocos de controle de Zain, Futuretel e InvitelLegacy. A Companhia detém, ainda, participação indireta no capital social de Newtel Participações S.A. ("Newtel").

A geração de caixa da Companhia e das controladas diretas e indiretas é basicamente restrita às receitas financeiras auferidas de suas aplicações.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, exceto pelos investimentos em sociedades controladas avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, que não diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os CPCs.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em trocas de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores aproximados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Base de consolidação e investimentos da controladora

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas diretas, Futuretel, Zain e InvitelLegacy, em cujos capitais sociais a Companhia detém participação de 46,38%, 45,85% e 34,33%, respectivamente, e de Newtel, controlada direta de Futuretel, na mesma data base e de acordo com as mesmas práticas contábeis.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Desta forma, o processo de consolidação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado corresponde à soma dos respectivos ativos, passivos, receitas e despesas, complementado com as seguintes eliminações entre a Controladora e sua controlada direta: (i) participações no capital social, reservas e lucros ou prejuízos acumulados e investimentos; (ii) saldos de contas correntes e outros ativos e/ou passivos; e (iii) efeitos de transações relevantes.

2.5. Utilização de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos elementos das demonstrações financeiras. A liquidação das operações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

2.6. Demonstração do Resultado Abrangente

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A demonstração de resultado abrangente não está sendo apresentada, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**a) Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do período. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 4.

c) Títulos e valores mobiliários

A Companhia classifica suas aplicações financeiras na categoria de mantidas para negociação, considerando o propósito para qual o investimento foi adquirido.

As aplicações financeiras mantidas para negociação são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros, variação monetária e cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 45.

d) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação ocorra nos doze meses subsequente. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

e) Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18, para fins de demonstrações financeiras da controladora.

f) Imposto de renda e contribuição social

São calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável.

g) Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41.

h) Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

i) Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período, sendo sua apresentação nas informações intermediárias e requerida pelas normas expedidas pela Comissão de

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração de Demonstrações financeiras e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações contábeis intermediárias e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

j) Provisão e passivo contingente

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, sendo o reembolso virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável, um ativo é reconhecido.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja realizada para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda é baseada na avaliação opinião dos assessores legais externos, a qual se fundamenta nas evidências disponíveis, hierarquia entre as normas aplicáveis, a jurisprudência sobre o tema em discussão e as decisões mais recentes. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Bancos		122		520

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Aplicações financeiras	3.644	3.509	28.194	28.556
Total	3.644	3.631	28.194	29.076

As aplicações financeiras da Companhia estão representadas por 2.247,35324 cotas do Fundo Corp Plus DI do Banco Itaú.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em fundos DI, Certificados de Depósito Bancário, e operações compromissadas (operações com compromisso de recompra), e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Banco Itaú	1.211	1.107	1.211	1.107
	1.211	1.107	1.211	1.107

Em decorrência do Contrato de Prestação de Fiança firmado entre a Companhia e o Itaú BBA (vide nota explicativa nº 1), em 12 de maio de 2008, a Companhia celebrou Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia de Títulos e Direitos Creditórios com o Itaú BBA no valor de R\$ 755, com prazo indeterminado. De acordo com o referido instrumento, a Companhia cedeu fiduciariamente debêntures emitidas pela Dibens Leasing S.A. de sua propriedade. As debêntures são atualizadas a 99,5% da variação do CDI

Em 24 de janeiro de 2012 a Câmara Superior de Recursos Fiscais, última instância administrativa competente para o exame do Processo, proferiu decisão que rejeita o recurso especial interposto pela Procuradoria da Fazenda Nacional e reconhece não haver qualquer valor a ser pago pela Telemar no âmbito do Processo. Dessa forma, em 9 de janeiro de 2013, a carta de fiança foi devolvida ao Itaú BBA e seu cancelamento efetivado.

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Saldo negativo de IRPJ de exercícios anteriores	504	381	12.317	11.503
Outros	2	56	9	139
Total	506	437	12.326	11.642
Circulante	506	402	12.326	11.607
Não circulante		35		35

O saldo de tributos a recuperar registrado no balanço patrimonial da Companhia (indicado na tabela acima) refere-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, em função da consolidação dos montantes registrados por Zain e Futuretel nessa rubrica.

O referido saldo pode ser: (i) compensado com obrigações fiscais futuras (no caso de uma companhia holding, usualmente decorrentes de receitas provenientes da atualização monetária sobre saldo negativo de imposto de renda sobre aplicação financeira e do recebimento de juros sobre capital próprio); ou (ii) objeto de pedido de restituição após homologação da Receita Federal do Brasil. A Companhia planeja efetuar pedidos de restituição em data próxima ao encerramento do prazo decadencial de 5 anos, conforme dispõe o art. 150, § 4º do Código Tributário Nacional. Até a presente data, a Companhia não realizou pedido de restituição, considerando que nenhum dos créditos que compõem o referido saldo está próximo do término do prazo decadencial.

Dessa forma, considerando que o saldo registrado em seu balanço patrimonial é passível de recuperação na forma descrita acima; e (ii) o prazo de duração da Companhia é indeterminado, conforme determinado em seu estatuto social, a administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão com relação ao saldo de tributos a recuperar.

7. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Seguem resumidos abaixo os detalhes da participação nas controladas diretas Futuretel, Zain e InvitelLegacy:

Futuretel	
2012	2011

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Participação no capital	46,38%	46,38%
Capital social	10.288	10.288
Patrimônio Líquido	10.844	10.816
Lucro do período	147	498

	Zain	
	2012	2011
Participação no capital	45,85%	45,85%
Capital social	20.187	20.187
Patrimônio líquido	5.214	5.207
Lucro(prejuízo) do período	7	(5)

	Invitel	
	2012	2011
Participação no capital	34,33%	34,33%
Capital social	2.000	2.000
Patrimônio líquido	929	1.010
Prejuízo do período	(80)	(52)

	Futuretel	Invitel	Zain	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	5.016	347	2.388	7.751
Dividendos recebidos	(55)			(55)
Equivalência patrimonial	69	(28)	3	44
Saldo em 31 de dezembro de 2012	5.030	319	2.391	7.740

8. TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Imposto de renda Pessoa Jurídica			413	369
Contribuição social sobre o lucro líquido			8	13

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Outros		1		8
Total		1	421	390
Circulante		1	8	92
Não Circulante			413	298

A controlada indireta Newtel, no decorrer do exercício de 2008, incorporou sua controlada Telpart Participações S.A. Nesse processo, dentre as obrigações tributárias oriundas daquela sociedade, sobreveio um saldo de R\$ 200, correspondente ao imposto de renda da pessoa jurídica do exercício de 2005.

Atualmente, o referido débito monta a R\$ 413 (R\$ 298 em 31 de dezembro 2011) e a Companhia está estudando a formação do débito e analisando possíveis formas de compensação ou mesmo recolhimento do saldo.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**9.1. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social integralizado era de R\$18.985, representado por 48.582.043.390 (quarenta e oito bilhões, quinhentos e oitenta e dois milhões, quarenta e três mil e trezentas e noventa) ações ordinárias, todas sob a forma nominativa, escritural e sem valor nominal, sendo que 881.137 (oitocentas e oitenta e uma mil, cento e trinta e sete) ações estão em tesouraria (sendo o mesmo valor e quantidade de ações em 31/12/2011).

A Companhia poderá aumentar o seu capital independentemente de decisão assemblear até o limite de R\$3.500.000 (três bilhões e quinhentos mil reais), mediante deliberação do Conselho de Administração, o qual fixará as condições de emissão e de colocação dos respectivos valores mobiliários.

9.2. Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.

A Companhia apurou lucro no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, no valor de R\$133, que foi absorvido integralmente pelos prejuízos acumulados, conforme estabelecido no art. 189 da Lei nº 6.404/76.

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia auferiu lucro tributável no exercício e, consequentemente, valores a recolher a título de imposto de renda e contribuição social, nos montantes de R\$12 e R\$7, (R\$26 e R\$16 em 30 de dezembro de 2011), respectivamente.

A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados no período findo em 30 de setembro de 2012 estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	152	461	1.469	2.436
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(52)	(157)	(500)	-828
Equivalência patrimonial	64	72		
Compensação do Prejuízo Fiscal	11	26	201	265
Crédito tributário diferido não contabilizado				18
Outras	(42)	17	(135)	14
Impostos de renda e contribuição social no resultado do período	(19)	(42)	(434)	(567)
Alíquota Efetiva	12%	9%	29%	23%

A Companhia possui créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social a serem compensados com lucros tributários futuros, ambos no montante de R\$670 (R\$703 em 31/12/2011). A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

A Companhia não registrou contabilmente o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre esses montantes, devido à falta de expectativas de realização dos mesmos, considerando o estágio atual de suas operações.

11. RESULTADO FINANCEIRO

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	393	502	2.457	3.390
Receita de juros e outras receitas financeiras	24	31	768	978
	417	533	3.225	4.368
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(35)	(67)	(167)	(324)
	(35)	(67)	(167)	(324)
Resultado financeiro líquido	382	466	3.058	4.044

12. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo do lucro básico e diluído por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação. O lucro e a quantidade média ponderada em milhares de ações, utilizados no cálculo do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Lucro do período		
Ações Ordinárias	133	419
Media Ponderada de ações utilizadas no cálculo do lucro básico e diluído por ações	48.582.043	48.582.043
	31/12/2012	31/12/2011
Lucro por ação (centavos por ação)		
Ações Ordinárias	0,000003	0,000009

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. PROVISÃO E PASSIVO CONTINGENTE (CONSOLIDADO)

a) Controlada indireta Newtel

Em 21 de dezembro de 2010, a Receita Federal do Brasil ('RFB') lavrou o Auto de Infração MPF nº 0718500/00123/10 ("AI") contra Newtel, que, posteriormente, transformou-se no Processo nº 16682.720256/2010-25, glosando a compensação de prejuízos fiscais sem a observância da trava de 30% do total dos referidos prejuízos. No âmbito de sua incorporação por Newtel, Telpart utilizou na referida compensação 100% dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido por ela contabilizados. A RFB, entendendo que a trava de 30% para a utilização dos referidos prejuízos e base negativa se aplica inclusive a pessoas jurídicas em extinção, autuou Newtel, na qualidade de sucessora de Telpart. O valor total do auto de infração, atualizado até dezembro de 2012 é de R\$ 86.215.

Em 19 de janeiro de 2011, foi apresentada impugnação contra o referido AI, a qual foi julgada inteiramente improcedente pela decisão da Delegacia de Julgamento da Receita Federal. Contra tal decisão foi interposto recurso voluntário em abril de 2011 ao órgão de segunda instância na esfera administrativa, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Tal recurso foi apreciado em julho de 2012, pelo CARF, tendo sido julgado inteiramente improcedente. Em 18 de outubro de 2012, Newtel recebeu a intimação desta decisão e, conforme opinião de seus assessores legais, tendo interposto recurso à Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF). A admissibilidade do referido recurso está pendente de análise pelo CSRF.

Caso o recurso de Newtel não seja admitido ou indeferido, a Companhia poderá optar por questionar a lavratura do AI em esfera judicial. Nesse caso, Newtel deverá depositar integralmente o valor contestado a fim de evitar a inscrição do débito no cadastro da Dívida Ativa da União.

Em função da sucessão de Telpart, Newtel é parte, ainda, do Processo Administrativo Fiscal nº 10768.012103/2002-74, no âmbito do qual são contestadas compensações realizadas por Telpart no valor de R\$ 2.439, com base nos saldos negativos de IRPJ dos anos-calendário de 1998, 1999 e 2000, decorrentes da não-utilização dos valores de IRRF incidentes, a título de antecipação, sobre receitas de aplicações financeiras e de juros sobre capital próprio auferidas naqueles períodos.

Em novembro de 2011, a Segunda Turma Ordinária da Primeira Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) negou provimento ao recurso voluntário interposto por Newtel. Em abril de 2012, Newtel apresentou recurso à Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF), instância administrativa final, e aguarda julgamento. Caso a decisão desfavorável seja mantida, Newtel deverá fazer o pagamento dos tributos referentes ao montante compensado ou litigar na esfera judicial. O valor atualizado do processo até dezembro de 2012 era de R\$ 2.550.

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Também em função da incorporação de Telpart, Newtel é, ainda, parte do Processo nº 15374.903937/2010-48. Newtel apresentou à RFB Declarações de Compensação (DCOMPs) nas quais informou a utilização do crédito oriundo de saldo negativo de IRPJ no ano-calendário de 2003 para quitar débitos relativos a tributos federais. A RFB reconheceu apenas parte do crédito pleiteado e não homologou o restante das DCOMPs apresentadas, tendo sido exigidos os respectivos débitos, acrescidos de multa de mora de 20% e juros SELIC. Em dezembro de 2012 os débitos discutidos representavam R\$1.482. Foi protocolada manifestação de inconformidade, a qual ainda não foi apreciada pela RFB.

Por fim, Newtel é parte do Processo nº 16682.901020/2011-79, que trata de pedido de Restituição/Declaração de Compensação - PER/DCOMP nº 21084.60803.041006.1.3.02-9360, transmitido via Internet em 04/10/2006 por Newtel, por meio do qual pretende a compensação de débitos de IRRF do mês de setembro de 2006 com crédito decorrente do saldo negativo de IRPJ apurado no ano-calendário de 2005 no valor de R\$ 206. Em dezembro de 2012, o valor atualizado do processo era de R\$241.

Os advogados da Companhia responsáveis por estas demandas classificaram como possíveis as expectativas de perdas, e portanto não foram constituídas provisões para estes montantes.

b) Controlada direta Zain

Em 31 de maio de 2011, a RFB lavrou o Auto de Infração MPF nº 07.1.9000-2010-00139-0 contra Zain, no valor aproximado de R\$40 milhões, sob a alegação de que as despesas incorridas por Zain com as emissões de notas promissórias, cédulas de crédito bancário e debêntures em 2006 e 2007 e o pagamento dos respectivos juros não seriam dedutíveis para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social devida por Zain. Em 30 de junho de 2011, Zain apresentou impugnação contra o referido auto de infração. O julgamento do processo em epígrafe foi convertido em diligência e, após apresentados os documentos solicitados, aguarda-se intimação do Relatório de Conclusão de Diligência Fiscal. Em dezembro de 2012, o valor atualizado do auto de infração era de R\$42.390.

Os advogados de Zain responsáveis por esta demanda classificaram como possível a probabilidade de perda do processo acima referido, e, por essa razão, não foi constituída provisão para tal montante.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

a) Composição dos saldos

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial se aproximam substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

b) Critérios e premissas utilizados no cálculo dos valores de mercado

Caixas e equivalentes de caixa

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis.

Para as aplicações financeiras o valor de mercado foi apurado com base nos valores das quotas dos fundos.

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários foram avaliados ao valor de custo acrescidos pela variação do CDI, que se assemelham ao seu valor de mercado.

Tributos a recuperar

Apresentados ao valor contábil uma vez que não há parâmetros para apuração de seu valor de mercado.

Derivativos

A Companhia tem como política não assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles e riscos. A Companhia não realizou operações com derivativos no período.

c) Risco de taxa de juros

De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetuou operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

d) Risco de taxa de câmbio

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O resultado da Companhia não é suscetível a sofrer variações pela volatilidade da taxa de câmbio, pois a Companhia não possui operações em moeda estrangeira.

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

15. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os membros do Conselho de Administração, em 08 de março de 2013, tomaram conhecimento das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e autorizaram a sua divulgação, bem como o encaminhamento para deliberação em Assembleia de Acionistas.

16. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

	31/12/2012	31/12/2011
Data de aprovação pela A.G.O.	30/04/2012	29/04/2011
Montante global	50	50
Pagamento Efetivo	23	21

SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 01.957.772/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Sul 116 Participações S.A.

DOMINGUES E PINHO CONTADORES LTDA.

CRC-RJ 001137/O-0

Anderson Amorim de Amorim

CRC-RJ 051.323./O-6

Contador